

**INFORMAÇÃO TÉCNICA Nº 004/2015/CONTABILIDADE GERAL**

INTERESSADO: **ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE CUIABÁ**

ASSUNTO: **REALIZAÇÃO DE RECOLHIMENTO DE IMPOSTO DE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA – ISSQN RETIDO PELOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS**

**1. CONTEXTUALIZAÇÃO**

Trata-se da análise da execução das despesas com tarifas bancárias para autenticação de DAM (Documento de Arrecadação Municipal) pelo Banco, referentes ao recolhimento de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, no âmbito dos órgãos do Município de Cuiabá.

Levando-se em consideração que o Município está pagando, em média, **R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por ano** para autenticação das guias DAM, ou seja, com tarifas bancárias para recolhimento de ISSQN, sendo que para **cada DAM autenticada**, há cobrança de um valor de **R\$ 4,50** (quatro reais e cinquenta centavos).

Uma vez que o Sistema de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Município de Cuiabá - FIPLAN dispõe de ferramenta que possibilita a geração de um único documento para recolhimento do referido imposto.

Considerando que não haverá prejuízo algum com relação aos procedimentos de repasse financeiro, bem como, para pagamento das despesas das Unidades Orçamentárias, **pelo contrário, as medidas adotadas irão gerar benefícios tanto procedimentais quanto financeiros.**

Por fim, sabendo que **a Administração Pública é calçada por princípios que devem nortear suas ações, dentro os quais o da Eficiência e o da Economicidade, que de forma direta estabelece que a atividade estatal tem o dever alcançar os melhores resultados pelo menor custo, dentro da estrutura que possui,** informamos a seguir os procedimentos a serem adotados pelos órgãos integrantes de Município, no que tange à retenção e o recolhimento dos tributos incidentes sobre os serviços contratados.

**2. RETENÇÃO E RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

É dever do tomador de serviços/obras, neste caso as unidades orçamentárias deste Ente, efetuar a retenção e o recolhimento dos tributos (INSS, IRRF, ISSQN) incidentes sobre tais despesas, sob pena de incorrer no descumprimento da legislação vigente sobre a matéria, abaixo citada:

- **ISSQN** – Art. 156,§ 4º, III, da CF/88, Art. 1º da Lei Complementar Nacional 116/2003 e Art. 239, LC Municipal nº043/2007 – Código Tributário de Cuiabá;

- **IRRF** – Art. 153, III, da CF/88 => Art. 45, Parágrafo único, da Lei 5.172/66(CTN) => Decreto Federal nº 3.000/99 (Regulamento do IR - RIR).
- **RGPS** – Art. 195, I e II, da CRFB/88 => Lei Nacional 8.212/1991 => Decreto Federal nº 3.048/99 => IN nº 971/2009, da Receita Federal do Brasil (RFB).
- **Estatuto da Micro e Pequena Empresa** – Lei Complementar Nacional nº 123/2006 (Simples Nacional).

O descumprimento dessas normas pode gerar aos responsáveis pelos procedimentos da execução do gasto público diversas penalidades, dentre as quais, o pagamento de multa/juros pelo não recolhimento dentro do prazo legal, prazo este que tem como referência o pagamento do valor principal ao contratado, recolhimento integral do valor do tributo, acrescido de juros e multa, no caso da não retenção.

A inobservância desses procedimentos é **considerada falha grave pelo Tribunal de Contas do Estado**, conforme disposto na Resolução Normativa nº 17/2010, vejamos:

- DB14. Gestão Fiscal/Financeira\_Grave\_14. **Não-retenção de tributos, nos casos em que esteja obrigado a fazê-lo, por ocasião dos pagamentos a fornecedores** (conforme legislação aplicável). (grifamos).

Tal impropriedade pode gerar pelo TCE as seguintes penalidades/procedimentos:

- Julgamento irregular das contas;
- Dar conhecimento à Receita Federal do Brasil – RFB (RGPS);
- Determinação para instauração de Tomada de Contas Especial;
- Penalizações pecuniárias aos responsáveis pela inobservância das regras de retenção e pagamento

Diante de todo exposto, **a retenção e o recolhimento dos tributos consignados nos processos de pagamentos, exceto o ISSQN, deverá ocorrer, impreterivelmente, no mesmo momento da execução do pagamento do valor principal à contratada.**

### **3. PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL PARA REALIZAÇÃO DE RECOLHIMENTOS DE IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA – ISSQN**

Visando estabelecer uma sistemática para reduzirmos as despesas com tarifas bancárias do município de Cuiabá, apresentamos na sequência os **procedimentos que deverão ser adotados, no Sistema de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Município de Cuiabá – FIPLAN, pelos órgãos e instituições pertencentes a este Município.**

#### **3.1 Na Inclusão de (LIQ's) Liquidações no FIPLAN**

As Unidades Orçamentárias deverão gerar as liquidações referentes ao Imposto de Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, no FIPLAN – Sistema de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Município de Cuiabá, marcando a **opção de regularização “sim”, alterar a data do**

**vencimento da liquidação para o dia 18 (mesma data do pagamento por NEX) ou no dia útil imediatamente anterior do mês subsequente.**

### **3.2 Solicitações de Repasse Financeiro à Diretoria do Tesouro - SMF**

Até o dia 15 de cada mês, as Unidades Orçamentárias deverão solicitar à Diretoria do Tesouro, da Secretaria Municipal de Fazenda, o repasse financeiro para pagamento dos fornecedores, da seguinte forma:

- 1) Valor principal;
- 2) Valor do IRRF;
- 3) INSS;
- 4) Outros (com exceção do ISSQN, que deverá ser solicitado em separado).

**As solicitações de repasses financeiros para pagamento de ISSQN deverão ser feitas de forma separada, somente no dia 15, ou no dia útil imediatamente anterior ao mês subsequente ao do pagamento do valor principal.**

### **3.3 Na emissão da guia DAM – Documento de Arrecadação Municipal**

As Unidades Orçamentárias irão gerar **01 (uma) guia DAM** (Documento de Arrecadação Municipal) **referente aos valores de ISSQN do período, por credor**, a qual será emitida no sistema ISSNET ONLINE, utilizado pela Prefeitura de Cuiabá e disponível a todas as Secretarias do Município.

### **3.4 Na Inclusão de NOB (Nota de Ordem Bancária) no FIPLAN**

Com o recurso financeiro disponível, cada unidade orçamentária irá **gerar as NOB's de regularização, de ISSQN, com data de vencimento para o dia 18 do mês subsequente ao pagamento do valor do credor principal**, observando se a data será dia útil.

**Caso o dia 18 não seja dia útil, a data de vencimento deverá ser até o último dia útil anterior ao dia 18.**

### **3.5 Na Inclusão de NOE (Solicitação de Pagamento Extra-Orçamentária) no FIPLAN**

Na inclusão de NOE (Solicitação de Pagamento Extra-Orçamentária) o documento deve ser preenchido com data do dia **18 (mesma data da Nob), ou no dia útil imediatamente anterior do mês subsequente ao do pagamento do valor principal**, Isso porque são necessários 02 dias para o processamento pelo banco do recolhimento e este tributo tem **prazo máximo para pagamento até o dia 20 de cada mês (ou dia útil imediatamente anterior)**, relativo aos fatos geradores (pagamento do principal) ocorridos no mês anterior.

A NOE deverá conter as seguintes informações:

- a) Unidade Gestora ➔ 0001;

- b) Tipo de Pagamento Extra-Orçamentária → Devolução de Depósito;
- c) Fato Extra-Orçamentário → 54 (Pagamento de Faturas por Agregação de NOB's de Regularização);
- d) Fonte de Recurso → 100 (Recursos Ordinários do Tesouro);
- e) Credor → 2013.06549-0;
- f) Documento de Regularização → Não;
- g) Conta Bancária → CBA 020 (Banco 001, Agência 3834-2, Conta Corrente 60025-3).

No campo “Relação de NOB/Fatura” devem ser incluídas as NOB's relacionadas ao período e cujo credor principal já tenha sido pago.

Em seguida, deve ser realizado o procedimento de “Detalhar Pagamentos por Fatura (NOE)”.

### **3.6 Na Inclusão de NEX (Nota de Ordem Bancária Extra-Orçamentária) no FIPLAN**

Para finalizar o recolhimento do ISSQN, deve ser gerada NEX – Nota de Ordem Bancária Extra-Orçamentária com as seguintes informações:

- a) Unidade Gestora → 0001;
- b) Data do Pagamento → a mesma utilizada na NOE e na NOB;
- c) Fonte de Recurso → 100 (Recursos Ordinários do Tesouro);
- d) Conta Bancária do Órgão → CBA 020 (Banco 001, Agência 3834-2, Conta Corrente 60025-3);
- e) Subconta → 00000;

É o que temos a informar, s.m.j.

Cuiabá, 11 de agosto de 2015.

Basílio Bezerra Guimarães dos Santos  
Contador CRCMT 7704/O-2  
Contador Geral do Município

De acordo:

Pascoal Santullo Neto  
Secretário Municipal de Fazenda